



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

## **A RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO E MEMÓRIA: UM DESAFIO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**

Ione dos Santos Rocha Cabral\*  
(UESB)

José Rubens Mascarenhas de Almeida\*\*  
(UESB)

### **RESUMO**

Este artigo tem o objetivo de apresentar questões de discussão e possibilidades acerca do espaço urbano em relação com a memória. Trata-se de um apontamento quanto às questões teóricas levantadas na elaboração da tese de doutoramento por hora intitulada: "A especulação imobiliária: Memória e ideologia na produção do espaço urbano de Vitória da Conquista-Ba". O presente texto versará sobre a concepção de produção do espaço fundamentada, principalmente, no conceito de Lefebvre (2006, originalmente publicado em 1974), e do caráter social contraditório e dinâmico que é próprio ao espaço geográfico, buscando encontrar os fundamentos da memória e o seu papel na dialética socioespacial na perspectiva do materialismo histórico dialético.

**PALAVRAS-CHAVE:** Produção do espaço, Memória, Ideologia

### **INTRODUÇÃO**

O espaço urbano acumula, em sua constituição histórica, o processo de desenvolvimento da sociedade, superando antigas formas e reproduzindo um "novo" espaço. Na articulação com a realidade histórica, a cidade se torna espaço

---

\* Aluna do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade (PPGMLS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Componente do Grupo de Estudos de Ideologia e Lutas de Classes (GEILC/MP), Professora de Geografia do Instituto Federal da Bahia (IFBA) – Campus Vitória da Conquista.(ionesrocha@yahoo.com.br)

\*\* Professor do Departamento de História e do PPGMLS - UESB. Orientador, Coordenador do GEILC/Museu Pedagógico da UESB e pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais – NEILS. Bolsista da Capes, BEX 6825-14-1. (joserubensmascarenhas@yhoo.com.br)



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

de especificidades, pois a cada momento em que se superam e se reproduzem modelos de desenvolvimento, cada sociedade em seu lugar tende a reproduzir de alguma forma esse movimento. É imprescindível, portanto, considerar que, embora a cidade seja uma totalidade local, está inserida em uma totalidade maior. Dessa forma, no espaço intraurbano se engendra um processo amplo e complexo de reprodução social, o qual a memória social pode lhe conferir ares de peculiaridade.

A ideia de produção do espaço, cunhada em meados da década de 1970, por Henri Lefebvre, tem uma importante contribuição nesta pesquisa, por elucidar a concepção de espaço adotada e as questões que se propõe aqui analisar. Em primeiro lugar, o espaço é social: não se trata, então, apenas do mero “chão” cujas ações se desempenham sobre ele. Trata-se de uma realidade material, que conjuga em suas formas as ações humanas, a história, a memória, as ideologias, de modo que não encontra sentido apenas em si mesmo, mas no entrelaçamento com a sociedade e suas características. Fundamentalmente, o espaço é matéria. Matéria e materialidade pela qual a sociedade se apresenta, essa que não é apenas um somatório de indivíduos iguais: é, sobretudo, a dialética da diferença social em todos os aspectos.

A teoria da produção do espaço consiste na ideia de processo: na inseparabilidade dialética entre as grandes dimensões da sociedade – Espaço e tempo. As sociedades produzem história e produzem espaços, a prática social é também uma “prática espacial” (LEFEBVRE, 2006). Deste ponto da teoria parte uma primeira aproximação com essa pesquisa: a especulação imobiliária decorre da produção de desigualdades no espaço, portanto, é uma forma de reprodução. Teórica e metodologicamente encontra-se nessa questão a coerência dessa pesquisa, a perspectiva dialética necessária na qual a permanência das contradições encontra movimento. Segundo o autor em referência, a perspectiva em que se estabelece a concepção de produção do espaço, as contradições permanecem e se transformam, são adicionadas e desenvolvidas, e tem sua essência diretamente relacionada à forma como a sociedade se estrutura.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

## A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

A realidade deve ser “concebida como um todo indivisível de entidades e significados” (KOSIK 1976, p. 24). Partimos nesse breve trabalho de uma concepção de espaço enquanto produção social, cujos agentes e contextos se articulam e se contrapõem simultaneamente. Milton Santos (1996) afirma que são os nexos entre a realidade política, econômica e sociocultural que permitirão entender a cidade de maneira mais completa, através da ideia de processo. Tal concepção se funda na nossa convicção acerca da dialética que deve envolver o pensamento científico, sobretudo quanto a matéria do pensamento é o espaço mais especificamente o espaço urbano e concreto, sobre o qual temos nos debruçado em outras pesquisas.

Na perspectiva da totalidade concreta, de acordo com Kosik (1976), é a práxis objetiva que responde de forma imediata à essa relação com o todo. Por esse motivo é que entendemos o espaço enquanto produção social: ele consiste em uma das formas de unidade da “*práxis objetiva*” e da apropriação prático-espiritual do mundo (KOSIK 1976, p. 26). Para o autor, tal *práxis* consiste na necessidade e atividade real e cotidiana de produção da vida pelo trabalho e pelas relações sociais. Tais relações vão proporcionar a apropriação “prático-espiritual” do mundo, cuja essência consiste no mesmo conteúdo das relações: a forma como a relação com mundo material se transforma ou produz o pensamento sobre o mundo. Dessa forma, pode-se compreender que o espaço, como parte essencial da produção da vida, é *práxis* objetiva e produção social.

Para Lefebvre (2008),

Se há um sistema é preciso descobri-lo e mostrá-lo ao invés de partir dele. (...) Se em alguma parte existe uma lógica, e mesmo uma lógica concreta (por exemplo, a de uma estratégia) também é preciso descobri-la, especificá-la no que difere dessa ou daquela lógica concreta (...) Porque é possível que o espaço desempenhe um papel ou uma função decisiva no estabelecimento de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema, precisamente quando



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

não se pode deduzi-lo desses sistema, dessa lógica, dessa totalidade. É preciso, ao contrário, mostrar sua função nessa perspectiva (LEFEBVRE 2008 p. 38 - 39).

A concepção que aqui se adota é a de que a cidade – espaço urbano - é uma forma de produção cujas estratégias de apropriação se multiplicam em sua produção/reprodução. Dentro da lógica da totalidade mencionada por Lefebvre (2008) no texto supracitado, certifica-se que a temática dessa pesquisa na busca de articular espaço e memória também está articulada à crítica ao modo capitalista de produção do espaço expresso no processo de valorização urbana e na ideologia de desenvolvimento no plano de fundo de todo esse processo.

Para tanto, a elucidação da concepção aqui adotada para espaço é imprescindível. Se para Moreira (2008) “a formação espacial é o todo estrutural do espaço produzido”, a forma urbana não foge à essa determinação. A cidade é uma formação que concentra atividades, estruturas e relações que sustentam privilegiadamente o capitalismo como “modo espacial de produção” (MOREIRA, 2008 p. 67). O autor ainda afirma que o “(...) o espaço é essencialmente um ente social (...) não é suporte, substrato ou receptáculo das ações humanas. E não se confunde com a base física. O espaço geográfico é produzido” (MOREIRA, 2008 p. 64).

Para entender a cidade com suas transformações e permanências é imprescindível, portanto, admiti-la como prática social, como produto relacional, conjunto de contradições. Enquanto prática e produto, ao espaço urbano é atribuído a função da qual a importância passa por forte pressão da dinâmica produtiva capitalista e suas normas, que, através dos distintos agentes sociais reprodutivos da intencionalidade capitalistas, produzem o espaço que é simultaneamente fragmentado e articulado. Castells (1983), corrobora com a proposição Lefebvriana quando afirma que “onde o modo de produção capitalista é dominante, o sistema econômico é o sistema dominante da estrutura social e, por conseguinte, o elemento produção está na base da organização do espaço”



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

(CASTELLS, 1983, p. 203.).

Retomando a teoria de Lefebvre, a produção do espaço é tridimensional: ela consiste na prática espacial (percebida), na representação do espaço (concebido) e nos espaços de representação (vividos). Essa tríade é simultânea e demonstrativa do quanto a questão do espaço e sua produção são dialéticos, e como memória/história e ideologia estão presentes no pensamento e na prática social. Entretanto, se o objeto dessa pesquisa, a especulação imobiliária, encontra sua base material no espaço, nele pode-se verificar os mecanismos de produção e reprodução do capital. Articulam-se nessa conjuntura as esferas produtivas e ideológicas (reprodutivas) que orientam a organização do espaço urbano e, como consequência, sua morfologia.

Acerca disso, Lefebvre (2008) considera que “(...) toda sociedade produz ‘seu’ espaço, ou, caso se prefira, toda sociedade produz ‘um’ espaço. (...) O que significa a palavra produzir? Significa [construir] ‘coisas’, objetos, mercadorias (...)” (LEFEBVRE, 2008, p. 55). Os princípios do capitalismo transpõem para o local a lógica global num movimento que o autor chama de articulação entre “a ordem próxima e a ordem distante”. A questão da produção amplia-se para a necessidade humana de sobrevivência no espaço, e por outro lado, na perspectiva capitalista é reduzida à produção das condições de estabelecimento do sistema. Situada no âmbito da economia política, a produção é assim reconhecida como a primeira etapa do processo econômico (que se segue da distribuição e do consumo). Lefebvre (2008) aponta que:

O espaço teria sua lógica? O espaço ora depende de uma lógica preexistente, superior e absoluta, quase teológica, ora ele é a própria lógica, o sistema da coerência, ora, enfim, ele permite a coerência autorizando a lógica da ação (praxiologia ou estratégia). Reencontram-se aqui as diversas teses sobre o espaço, tomado ora como modelo, ora como instrumento, ora como mediação. É uma modalidade da produção numa sociedade determinada, no seio da qual contradições e conflitos se manifestam. Existem, portanto, contradições do espaço dissimuladas ou mascaradas (LEFEBVRE, 2008, p. 54).



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

De acordo com o pensamento Lefebvriano, o espaço tem sentido relacional. É físico, meio, mas é também o produtor e produto da dinâmica social. Dessa forma o espaço é essencial na compreensão do desenvolvimento histórico da sociedade, pois é nele que as relações se expressam, que as contradições se materializam. É nessa dinâmica que se pode afirmar que existe a produção e a reprodução do espaço: sua produção, a nosso ver, consiste na continuidade do processo de urbanização, no crescimento e na intensificação dos fluxos e fixos característicos do espaço urbano e a reprodução consiste na realização de mecanismos espaciais de aprimoramento do processo, de acirramento das contradições.

Nosso objeto de estudo situa-se, portanto, no âmbito da reprodução do espaço: a especulação imobiliária é uma expressão fenomênica da urbanização que destaca-se do e no tempo e do e no espaço, é uma peculiaridade do contexto histórico atual. Porém, é necessário identificar e investigar os agentes desse processo. Pois são eles que empreendem a produção, que a movem e que nela conflitam e se reproduzem enquanto classes sociais.

### **AGENTES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: COMO E ONDE ESTÁ A MEMÓRIA?**

Segundo Milton Santos, “O nível da urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população, são a realidade a ser analisada à luz dos sub-processos econômicos, políticos e socioculturais [...]” (SANTOS, 1996, p. 11). É necessário questionar a ideia de espaço como mera consequência, e entender as inter-relações entre os agentes e os possíveis conflitos de interesses daí resultantes como condicionantes do processo de reprodução do espaço urbano em constante transformação, cujos resultados e implicações são também transformados. Tais agentes se constituem no bojo das classes sociais e de seus conflitos e contradições, são, portanto, portadores, narradores e constituintes de



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

uma memória social.

Lefebvre afirma que o espaço urbano engendra processos que se repercutem nas formas espaciais sob uma “lógica” que somente tem “sentido” num contexto de reprodução ampliada do capital, “Ele parece lógico e é absurdamente recortado” (2008, p. 57). Em Vitória da Conquista uma ação pioneira desses agentes, que confirmam a lógica sociespacial apontada por Lefebvre (2008) nos arredores da cidade nas décadas de 1970 e 1980 foi a incorporação de terras rurais ao espaço da cidade, momento a partir do qual passou a ocorrer uma expansão significativa da malha urbana em várias direções.

Desses proprietários, anteriormente rurais tornados por suas próprias estratégias em empreendedores urbanos, a relação entre a memória e a propriedade da terra, são distintivas de suas narrativas sobre a história da cidade. Eles constituem, assim, uma memória coletiva, permeada por sua identidade de classe e, portanto, ideológica. De acordo com Almeida e Cruz (2013) “(...) essa construção ideológica é estruturada a partir de interpretações da realidade concreta feitas pelos sujeitos através do conjunto de sistemas determinados de ideias que os envolve” (ALMEIDA; CRUZ, 2013 p. 527). Nesse sentido, não se pode negar que a memória de classe legitima o papel da propriedade e do proprietário fundiário no controle e na produção do espaço urbano. Elucida-se, então, a relação constante entre a estrutura social, a economia e a política na produção do espaço da qual não escapa a memória coletiva. A propriedade de grandes áreas rurais que se tornaram urbanas pela iniciativa associada ao Estado na forma do poder público municipal, é o que fundamenta as narrativas desses proprietários fundiários na constituição de uma história da cidade, marcada pela memória de classe.

Seja no espaço urbano ou rural, na sociedade capitalista, a reprodução dos mecanismos de mercado é histórica, contínua e múltipla, de forma que os interesses entre os distintos agentes produtores se afirmam quando suas classes sociais coincidem e se negam constantemente no embate de classes. É nesse



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

conflito que as relações são permeadas pela ideologia e esta atinge o pensamento e a memória.

Por memória é comum o entendimento de que se trata de uma faculdade mental e individual de lembrar e esquecer fatos mas, sobretudo do armazenamento de informações em alguma região do cérebro humano. De fato, talvez por infelicidade da terminologia adotada, da prática pedagógica, ou do método científico, ter memória ou capacidade de memorizar foi amplamente entendido no sentido de acumular informações que respondam pontualmente a uma questão sem muita complexidade. Algumas proposições desde a filosofia clássica se aproximam daquilo que se pode entender por memória na atualidade, embora na trajetória da ciência a memória não tenha sido amplamente discutida nem diretamente abordada por muitos pesquisadores.

Para entender o espaço geográfico numa perspectiva crítica é necessário pensá-lo articulado ao tempo histórico e às relações sociais. Esse conjunto de arrolamentos entre sociedade e espaço é também permeado pela memória e consolida a ideia de movimento necessária ao entendimento da formação socioespacial, pois o espaço é imprescindível à realização de tais relações. Entretanto, o espaço envolvido nas relações sociais não é meramente receptáculo, resultado, ou simples base material. Trata-se de um fator social envolvido na produção e na reprodução sistêmicas. Assim, o espaço é expressão da sociedade e, ao mesmo tempo, um objeto social que intermedia a forma como as classes sociais se relacionam com o passado e com o presente no quadro do modo de produção capitalista. O aprimoramento técnico intensificou a produção do espaço notadamente com a urbanização afirmando a relação íntima e profunda entre espaço e tempo, e ao mesmo tempo carecendo de olhares mais críticos sobre a memória desse processo.

Maurice Halbwachs (2004) abdica-se da memória pura, proposta por Bergson (1999) e se utiliza do conceito de memória-hábito ao privilegiar o âmbito dos quadros sociais (2003). Para o autor os grupos reproduzem hábitos e





ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

costumes, numa mediação própria com sua realidade específica, constituindo com isso sua memória. Tal proposição de Halbwachs amplia a proposta de Bergson acerca da memória-hábito, afirmando-a como reprodução social/coletiva e não processo automático de repetição. Compondo uma Sociologia da memória, Halbwachs faz transitar seu pensamento entre o “dato imediato da consciência social” (a memória individual) até chegar à “memória coletiva” mediados pelos “quadros/contextos sociais da memória”. Quanto a isso, busca-se a relação entre espaço e memória numa perspectiva mais crítica remetendo a Lefebvre (2008) quando afirma que a organização do espaço (da cidade), entra “nos circuitos das trocas: produção-repartição-distribuição. [...] integram a riqueza e, por conseguinte, dependem da economia política” (LEFEBVRE, 2008, p. 123).

Medeiros (2005) afirma que o campo da memória não é unívoco. De fato, há que se pensar na memória enquanto conceito e na multiplicidade de memórias quanto aos contextos e formas de concretização e manifestação. É possível afirmar, portanto, e sem dúvidas, que há memórias de classes quanto à constituição história da cidade. Entretanto, a memória das classes trabalhadoras não é legitimada pela história oficial. Daí acreditarmos em uma forte relação entre o papel de cada agente enquanto sujeitos de classe e a memória conformada acerca da sua atuação na cidade. É quando a memória coletiva – constituída dentro dos grupos e esses em suas classes sociais – estabelece relação com a ideologia, e essa implanta um discurso dominante sobre a história e sobre o espaço.

Halbwachs afirma que, no âmbito da individualidade, a memória se relaciona com o espaço enquanto referencial: “(...) as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis do nosso eu” (HALBWACHS, 2003 p. 157). Entretanto, o autor admite ainda a influência dos grupos na relação entre espaço e memória e, na sua concepção, é perceptível uma ideia de organização do espaço, quando afirma que os grupos “moldam” o espaço à sua maneira e nele se circunscrevem. Tal proposição, entretanto, é superada pela ideia de produção do espaço.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Para Bosi (1993) a memória é uma atividade sobre o tempo, sobre o tempo vivido permeado pelo individual e pela cultura (p. 282). Pode-se, portanto, entender que a memória situa-se, ao mesmo tempo, no plano individual e no coletivo, sendo que, na atualidade, o quadro social experimentado, em face do modo de produção capitalista, subjugou a liberdade individual e a relação com o tempo:

É verdade porém que nossos ritmos temporais foram subjugados pela sociedade industrial, que dobrou a tempo seu ritmo, “racionalizando” as horas de vida. É o tempo da mercadoria na consciência humana, esmagando o tempo da amizade, o familiar, o religioso... A memória os reconquista na medida em que é um trabalho sobre o tempo, abarcando também esses tempos marginais e perdidos na vertigem mercantil (BOSI, 1993 p. 281).

A atividade da memória sobre o tempo, conforme aponta a autora, admite uma ligação com as relações sociais e assim traz uma ideia de movimento cujos elementos a memória pode guardar ou refutar. Entretanto, problematizando-se talvez as convicções da autora e mesmo utilizando suas proposições sobre a pesquisa em memória social, se o tempo foi submetido ao jogo das relações capitalistas e se a memória está, como a própria autora afirma, na estrutura do comportamento como relação entre a consciência e o mundo (BOSI, 1993 p. 280) estando sob as determinações do modo de produção, ela pode ser ideologizada. De outra forma, dialeticamente sob tais condições, a memória pode revelar-se como forma de resistência diante da uma historicidade convencionada, revolvendo fatos e realidades rejeitados pela história oficial.

Nesse sentido, Ricoeur (1979) já apontava que a memória situa-se entre a lembrança e o esquecimento. Para o autor essas propriedades não se restringem ao campo das funções psíquicas individuais: há segundo ele, um processo de apagamento de rastros e manipulação do esquecimento, e conseqüentemente, uma determinação da lembrança. Dessa forma a seleção dos fatos lembrados e



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

esquecidos não se realiza no âmbito da liberdade individual, considerando que a maior parte das experiências significativas humanas não se realiza na intimidade, mas sim em relação com os grupos sociais e estes com quadros/contextos maiores. A existência daquilo que é digno de lembrança e aquilo que é passível esquecimento, situa a memória em um contexto de fragilidade diante dos tipos de evocação e da institucionalização da memória de grupos pela história oficial. Assim a ideologia pode penetrar o campo memorial, produzindo e reproduzindo os conteúdos dessa manifestação do pensamento.

Retomando Halbwachs (2004), a memória coletiva ganha maior sentido pois se realiza na interação social dos indivíduos na formação de um grupo e deste com outros grupos, de um quadro/contexto menor com um quadro/contexto maior. Nossa leitura inicial desse autor nos leva a crer que a ideia de memória coletiva é, a um só tempo, uma convicção de sua teoria sobre a memória e um problema de pesquisa, no sentido de apresentar um caráter de complexidade e dialética:

(...) cada grupo social se empenha em manter semelhante persuasão em seus membros. Quantas pessoas tem espírito crítico para discernir no que pensam a participação dos outros, e para confessar para si mesmas que o mais das vezes nada acrescentaram de seu? (HALBWACHS, 2003 p. 65)

De fato, se a memória coletiva responde por parte do pensamento dos grupos, a maneira como se conforma e se dissemina como persuasão, se aproxima muito mais da manipulação do grupo pelo pensamento que da tradução do pensamento efetivo e das relações internas e externas ao grupo. Santos ressalta que a contribuição de Halbwachs “abriu diversos caminhos que nos possibilitam pensar, hoje, a convivência e simultaneidade entre experiências associadas a períodos históricos distintos” (1998 p. 03), e destaca que os limites presentes na chamada memória coletiva têm o papel de auxiliar o entendimento de diversos processos histórico sociais de forma crítica:



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Sem desqualificar o poder analítico da razão, acredito que são os limites impostos a ela que representam o diferencial importante para sua compreensão. É a percepção destes limites no processo de construção de novas identidades coletivas que nos torna capazes de considerá-las não-essencialistas e eticamente responsáveis por legados de opressão e esquecimento, que podem estar ausentes tanto do discurso deixado por gerações passadas, quanto de movimentos sociais atuantes no presente (SANTOS, 1998 p. 03).

O discernimento entre a liberdade individual e a predominância do que se pretende como memória coletiva corresponde respectivamente a existência ainda que oculta, omitida ou “subterrânea” de outras memórias sobre um mesmo passado e sobre a realidade presente podem ser entendidas como formas de resistência e pela interpelação do pensamento dominante. É nessa última possibilidade que a intervenção ideológica na constituição da memória coletiva se apresenta como ampla possibilidade.

Halbwachs (2003), ao discutir a relação entre memória individual e coletiva, faz a seguinte afirmação: “à medida que cedemos sem resistência a uma sugestão externa, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que em geral a maioria das influências sociais a que obedecemos permanece desapercibida por nós (2003 p. 65). As influências sociais referidas por Halbwachs, talvez refiram-se aos quadros sociais da memória, às relações que os grupos estabelecem com sua vida e suas experiências com outros grupos, e parece-nos que se aproxima da produção de ideologias a partir do modo de produção capitalista: a produção de pensamentos dominantes por uma classe dominante, a própria fundamentação da ideologia em termos marxistas.

Quando Halbwachs e Ricoeur chamam atenção para a legitimação da história e seu mérito como contribuição à ciência em detrimento da memória coletiva (e das memórias coletivas), fica evidente que aquilo que se comprova como verdade/ciência e história oficial atende a uma convenção de classes sociais



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

que buscam, com isso, reproduzir suas relações. Nesse sentido, Mészáros (2004) já aponta a ciência como legitimadora de interesses ideológicos mascarada pelo discurso da neutralidade:

“[...] o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos” (MESZÁROS, 2004 p. 58)

Numa provocação interessantíssima, o autor aponta que no modo de produção capitalista, nem um dicionário de sinônimos permanece imparcial. A ideologia conforma um sistema de pensamento que determina valores do ponto de vista ético, através de um discurso estruturado sob determinações pretensamente racionais estabelecidas que limitam o questionamento e identificação dos pressupostos e valores ocultos e implícitos em suas proposições. Nessa situação pode-se incluir a memória como relação social e como princípio de classe na produção do espaço.

## CONCLUSÕES

Tal como as coisas e instituições, o espaço está incluído de forma imprescindível na realização do modo de produção, da ideologia e da memória. É imprescindível se entender que a cidade não é apenas o espaço da produção de objetos, mas que o espaço urbano também é objeto da ação humana permeada pelos valores da sociedade capitalista e, nesse sentido, se torna mercadoria. É nesse conjunto de valores e concepções que pode se situar a memória. A memória é o fundamento da ideologia de classe que sustenta a propriedade privada da terra, bem como seu monopólio que produz a especulação. Não a memória pura e simples como faculdade psíquica, ou o simples ato de lembrar: trata-se da



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

composição daquilo que se lembra enquanto verdade a ser devidamente rememorada, predominando sobre os “inconvenientes” a serem esquecidos.

Toda essa discussão teórica aponta para o fato de que a propriedade da memória não é o armazenamento ingênuo, puro, estático e imutável de informações: trata-se, portanto, da propriedade de pensar experiências, do processo de fundamentar o entendimento do presente, dá a lógica que classes a pode permear. Obviamente, não se pode subestimar aquilo que Platão, Aristóteles e Bergson chamam de espírito, no que tange à essência individual e sua capacidade de produção de memórias. Entretanto, em todos esses autores, a experiência com o mundo e com a sociedade também aparece como produção de memória, e esta como produção de verdade mediada pela experiência. Essa práxis coloca, para além do significado e do conceito, o sentido da memória enquanto experiência e trajetória social.

Halbwachs, por sua vez, rompe com a concepção platônica de que a memória realiza-se apenas no plano da afecção individual, e questiona a concepção aristotélica que situa a memória no passado, apontando para a relação com os quadros sociais e a produção da memória coletiva. A ideia de hábito permanece, no sentido de que, para Halbwachs, a memória coletiva reproduz os valores de uma sociedade. Quanto à ideologia, tem em sua natureza o objetivo de determinar a matriz de compreensão da realidade sob uma “forma de cooperação” discursiva. Se assevera, portanto, a complexidade da questão da memória coletiva e sua possível extensão dialética ao relacionar indivíduo e coletividade, passado, presente e futuro, o interno e o externo, o pensamento e a realidade, o abstrato e o concreto, o tempo e o espaço, a história e a geografia.

## REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 290 p.  
BOSI, Ecléa. **A pesquisa em memória social**. São Paulo: Revista de Psicologia da USP Volume 4, 1993.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Traducción de Manuel A. Baeza y Michel Mujica. Caracas: Anthropos Editorial, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço** (tradução de Ana Maria Simões, Doralice Barros Pereira, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins) Belo Horizonte: UFMG, 2006. 138 p.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã** - Teses sobre Feuerbach. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2000.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004
- RICOUER, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas (SP): EdUnicamp, 1979.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- SANTOS, Myrian S. **Sobre a autonomia das novas identidades coletivas**: alguns problemas teóricos. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 13 N.º 38, 1998.